

PMT/SMG/DL/FTJ/062/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADO: ALEX AUGUSTO DIAS ARQUITETURA - ME.

PROCESSO N.º: 078/2018.

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 039/2018.

VALOR: R\$ 22.720,00.

“TERMO DE CONTRATO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ARQUITETURA E URBANISMO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, POR MEIO DE PROFISSIONAL QUALIFICADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA ALEX AUGUSTO DIAS ARQUITETURA - ME, NA FORMA ABAIXO”:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ALEX AUGUSTO DIAS ARQUITETURA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º. 28.638.537/0001-09, e Inscrição Estadual n.º. 731.022.067.119, com sede a Avenida das Orquídeas, n.º. 121, Sala 02 - Centro, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu representante legal o Senhor **Alex Augusto Dias**, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º. 48.754.064-5 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 412.190.418-40, residente e domiciliado a Rua Carlos Ditzpe, n.º. 112/2 - Vila Nova, no município de Maracai, Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Presencial n.º. 039/2018, homologado em 14 de junho de 2018, com fulcro na Lei n.º. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal n.º. 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em arquitetura e urbanismo, elaboração de projetos e acompanhamento de obras**, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO IV - Memorial Descritivo dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

2.1. O Contratante obriga-se a pagar pela prestação dos serviços ora descrito na cláusula anterior a importância de **R\$ 22.720,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte reais)**, conforme as horas trabalhadas, de acordo com a Planilha Adjudicatória.

2.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.3. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

2.6. O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS

3.1. Este termo de contrato terá **vigência até 31/12/2018**, a contar da data de sua assinatura.

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será aceita se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços e da própria aquisição dos serviços.

4.4. As requisições dos serviços deverão conter:

4.4.1. Identificação da unidade requisitante;

4.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 078/2018 – Pregão Presencial nº 039/2018);

4.4.3. Número do Contrato;

4.4.4. Identificação da contratada;

4.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

4.4.6. Data e horário para execução dos serviços.

4.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-simile e correio eletrônico.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

02.03.00 - 15.451.0009.2011 - 3.3.90.39 - **177 (recurso próprio)** - Outros Serv. Terc - Pessoa Juríd.
R\$ 22.720,00

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.1.3. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela empresa contratada.

6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da prestadora de serviço.

6.1.5. Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso ao local de execução dos serviços.

6.1.6. Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.1.7. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sra. Fábio Alexandre Chenou, cargo Secretário Municipal, portador da Cédula de Identidade RG n.º 30.994.100-3 SSP e inscrito no CPF n.º 274.302.878-59, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

6.2. São obrigações da Contratada:

6.2.1. Prestar o serviço objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com a proposta de preço;

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.5. Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salários, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

6.2.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.7. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, órgãos controladores da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.8. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus colaboradores, diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo;

6.2.9. Manter durante a execução do contrato o cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais

6.2.10. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extra-judicial.

6.2.11. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos serviços, sujeitar-se-á o licitante à multa de 1% ao mês, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

7.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.4. A sanção de advertência de que trata o item 7.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente processo se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em cinco vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tarumã, 20 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

ALEX AUGUSTO DIAS ARQUITETURA - ME
Alex Augusto Dias
RG nº. 48.754.064-5 SSP/SP
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Fábio Alexandre Chenou
RG nº 30.994.100-3 – SSP/SP

2. _____
Fernandes Baratela
RG nº 23.013.725-8 SSP SP

Planilha Adjudicatória - Contrato nº. 062/2018
Processo nº. 078/2018 – Pregão Presencial nº. 039/2018.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em arquitetura e urbanismo, elaboração de projetos e acompanhamento de obras.

Item	Qtde	Unid	Descrição	VI. Unit.	VI Total
1	1.600	H	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ARQUITETURA E URBANISMO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, conforme memorial descritivo.	R\$ 14,20	R\$ 22.720,00

Memorial Descritivo

1. DO OBJETO

Contratação de 1600 (mil e seiscentos) horas de serviços de pessoa jurídica especializada em arquitetura e urbanismo para a realização dos serviços de assessoria técnica e elaboração de projetos de reformas e adequações dos espaços, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a contratação de projetos executivos e acompanhamento de obras e outras atividades correlatas.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A importância da contratação desses serviços está ligada à necessidade de se ter uma assessoria técnica para a definição de escopo e documentos necessários para a contratação dos projetos de construção, de reforma, de projetos para captar recursos através de convênios (banco de projetos) dentro dos parâmetros legais pertinentes, com o acompanhamento e fiscalização da etapa de projetos até sua conclusão final.

3. ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

3.1. Elaboração de programa de necessidades, escopo de projetos, elaboração do Memorial Descritivo do edital e assessoramento em processos licitatórios.

3.1.1. Reuniões para esclarecimentos quanto a nova funcionalidade do imóvel e estabelecimento de parâmetros de projeto que atendam às necessidades do usuário;

3.1.2. Definição das diretrizes de projetos;

3.1.3. Elaboração de estudo preliminar de arquitetura com respectivos programas de necessidades;

3.1.4. Estudo da infraestrutura e se necessário acompanhar as visitas para análise das equipes especializadas em elétrica, eletrônicas, hidráulica e pluviais, eletromecânicas (ventilação e ar condicionado), telefonia, segurança, acessibilidade e as demais necessárias para a composição do Memorial Descritivo da reforma propriamente dita;

3.1.5. Elaboração de Memoriais Descritivos de Editais para posteriores licitações de obras, observando:

- a) Recomendar a aplicação de materiais padronizados por Normas Brasileiras e certificados pelo INMETRO;
- b) Ser desenvolvido de forma a atender as necessidades funcionais dos locais a serem reformados, objetivando facilidades para os serviços de manutenção;
- c) Atender em seu conjunto todas as Normas Técnicas adotadas no Brasil.

3.1.6. Acompanhamento e assessoramento em processos licitatórios:

- a) Acompanhamento das vistorias;
- b) Esclarecimentos/Manifestações sobre pedidos de impugnações e esclarecimentos de editais, quando se tratar de assuntos técnicos;
- c) Análise das peças técnicas, planilhas de custos e outras peças que se demonstrarem necessárias.

3.2. Elaboração de Projetos Legais para a regularização do imóvel (sede) nos órgãos públicos e a obtenção dos Alvarás necessários:

3.2.1. Elaboração dos Projetos Legais;

3.2.2. Requerimentos de regularização e alvarás com assunção de Responsabilidade Técnica nos órgãos públicos;

3.2.3. Acompanhamento dos trâmites junto aos órgãos públicos até o deferimento dos requerimentos.

3.3. Gerenciamento de obras de reformas.

3.3.1. Fazer o devido acompanhamento das obras e reformas, juntamente com a fiscalização das mesmas, relatando o andamento, progresso e problemas de qualquer natureza bem como sugerindo soluções para tais;

3.3.2. Orientar de forma qualitativa e quantitativa quanto aos materiais a serem adquiridos e empregados nas obras, bem como de todos os serviços, tarefas e atividades a cargo de empresas contratadas e de seus subcontratados quando for o caso;

- 3.3.3. Propor medidas que busquem o aprimoramento de soluções quando forem constatadas “in loco” aplicações de métodos inadequados ou insuficientes, pela construtora;
- 3.3.4. Supervisionar empresas contratadas para a realização das obras de instalações, a elaboração do *AsBuilt* de toda a infraestrutura existente, incluindo elétrica, hidráulica, dados, segurança, telefonia, ar condicionado e SPDA quando houverem. Apresentando os projetos em cópias físicos e arquivo eletrônico;
- 3.3.5. Ter e manter atualizado um banco de dados contendo os documentos relevantes ao bom acompanhamento das obras, a exemplo dos projetos de engenharia, cronogramas, fotos, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT's) orçamentos, licenças e outros documentos, bem como todas as revisões e alterações destes;
- 3.3.6. Assessorar a aprovação total ou parcial, e/ou rejeição dos projetos;
- 3.3.7. Assessorar a Contratante na análise e aprovação de eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;
- 3.3.8. Encaminhar a projetistas os comentários efetuados em forma de parecer técnico, para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
- 3.3.9. Recebimento das revisões de projeto, verificando o atendimento aos comentários efetuados e a apresentação de todos os documentos previstos, como desenhos, especificações, memoriais de cálculo, descritivos e justificativos, em conformidade com o plano de elaboração do projeto;
- 3.3.10. Apoio e assessoria na elaboração, verificação, conferência e aprovação das medições físicas e financeiras dos contratos e de todos os documentos técnicos que asintegram, tais como boletins de medição, memórias de cálculo, relatórios e outros, etc;
- 3.3.11. Liberação, para medição, dos serviços realizados, se bem executados de acordo com as normas;
- 3.3.12. Participar de reuniões periódicas com projetista e com a Contratante para análise e discussão sobre o andamento dos trabalhos, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato.

4 . LOCAL, PERÍODO E SOBORDINAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Local: Os serviços de assessoria deverão ser prestados na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.

4.2. Período: Prestar os serviços de assessoria de forma presencial e diária durante o horário de expediente da prefeitura, inclusive em finais de semana e feriados em casos de emergência.

4.3. Subordinação: Todos os serviços prestados ficarão sobre a responsabilidade e supervisão do Diretor de Engenharia, que dará as diretrizes dos serviços a serem executados pela contratada.

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADO: ALEX AUGUSTO DIAS ARQUITETURA - ME.

PROCESSO N.º: 078/2018.

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 039/2018.

CONTRATO Nº 062/2018.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ARQUITETURA E URBANISMO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, POR MEIO DE PROFISSIONAL QUALIFICADO.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Tarumã SP, 20 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

ALEX AUGUSTO DIAS ARQUITETURA - ME
Alex Augusto Dias
RG nº. 48.754.064-5 SSP/SP
Contratada